



ESTADO DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAMPINA DO MONTE ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS
CNPJ 67.360.404/0001-67

LEI ORDINÁRIA Nº 1094, DE 16 DE DEZEMBRO 2025

***AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A
CELEBRAR TERMO DE FOMENTO OU
TERMO DE COLABORAÇÃO COM O LAR SÃO
VICENTE DE PAULO DE BURI E DA OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.***

MARCELO LISBOA MACHADO, prefeito do município de Campina do Monte Alegre, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 109 da Lei Orgânica Municipal, e demais legislações aplicáveis;

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar Termo de Fomento ou Termo de Colaboração com o **LAR SÃO VICENTE DE PAULO DE BURI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 49.541.741/0001-79, Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos, com sede na Av. Pascoal Spaluto, nº 851, Centro, CEP 18290-000, município de Buri, Estado de São Paulo.

Parágrafo Único. A autorização de que trata o *caput* deste artigo tem por objetivo de promover a transferência de recursos financeiros oriundos de recursos próprios do orçamento municipal na importância aproximada de **R\$ 2.714,43 (dois mil setecentos e catorze reais e quarenta e três centavos)** mensais, para execução de políticas públicas previstas na Política Nacional de Assistência Social.



ESTADO DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAMPINA DO MONTE ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS
CNPJ 67.360.404/0001-67

Art. 2º - A transferência dos recursos previstos nesta lei fica condicionada à apresentação de Plano de Trabalho pela entidade beneficiada e sujeita à deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social, nos termos da lei.

Art. 3º - Os recursos serão transferidos à entidade beneficiada em parcelas mensais, enquanto durar o acolhimento, a partir da assinatura do termo, através de instrumento próprio com observância das disposições da Lei Federal nº 13.019/2014, em especial quanto à obrigatoriedade de prestação de contas dos recursos públicos recebidos.

Parágrafo Único. No caso de cessação do acolhimento, fica estabelecido que as parcelas mensais destinadas à entidade beneficiada serão interrompidas, conforme determinado no caput deste artigo.

Art. 4º - As despesas necessárias à execução dessa Lei correrão à conta das dotações consignadas no orçamento vigente do Município, suplementadas, se necessário.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,

Campina do Monte Alegre, 16 de dezembro de 2025.

MARCELO LISBOA MACHADO
Prefeito Municipal



ESTADO DE SÃO PAULO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAMPINA DO MONTE ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS
CNPJ 67.360.404/0001-67

Origem Projeto de Lei nº 71/2025

Autógrafo nº 1146/2025, de 15 de dezembro de 2025